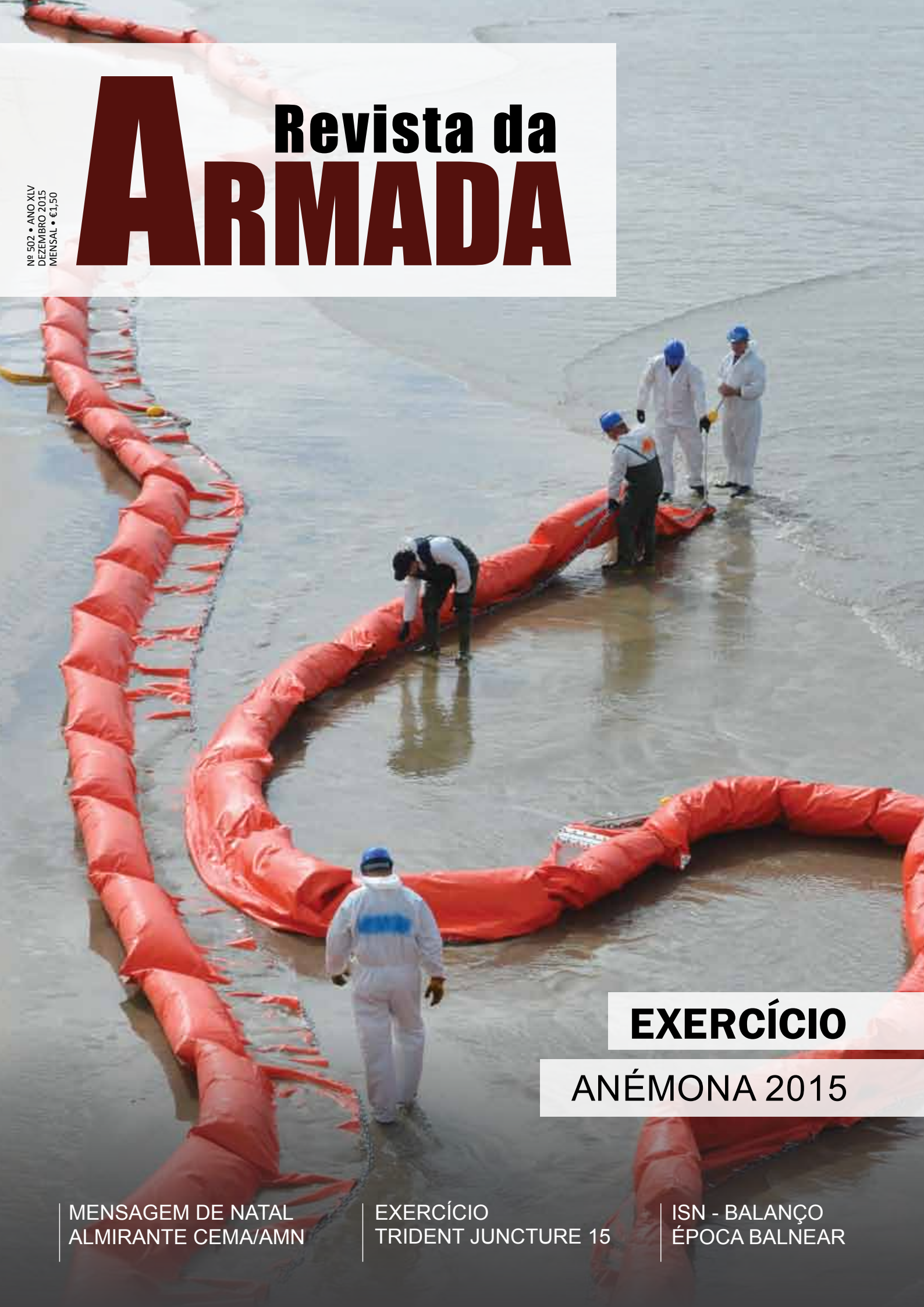


Nº 502 • ANO XLV  
DEZEMBRO 2015  
MENSAL • €1,50

# A Revista da ARMADA



**EXERCÍCIO**

**ANÉMONA 2015**

MENSAGEM DE NATAL  
ALMIRANTE CEMA/AMN

EXERCÍCIO  
TRIDENT JUNCTURE 15

ISN - BALANÇO  
ÉPOCA BALNEAR

# RELEMBRAR A OPERAÇÃO

## “MAR VERDE”

### PARTE 2

#### O DOMÍNIO DO AR

O domínio do espaço aéreo implicava a destruição das aeronaves militares da Guiné-Conacri, de origem soviética, do tipo MIG-15 e MIG-17.

Este objetivo não foi garantido, uma vez que nenhuma aeronave militar se encontrava estacionada no aeroporto de Conacri, levando o comandante da operação a considerar que não poderia sustentar o ataque para além do nascer do sol, sob risco dos navios nacionais poderem ser atacados e afundados, a partir dessa hora. A equipa que foi encarregada de atacar o aeroporto perdeu 24 homens, por efeito da deserção iniciada por dois militares africanos. Um oficial da Companhia de Comandos tinha um irmão militante no PAIGC e quando soube que o alvo da operação incluía locais onde poderia estar o seu irmão, decidiu desertar, arrastando consigo um pelotão de praças que, eventualmente, não saberia desta sua intenção inicial, mas que não hesitou em segui-lo.

#### O DOMÍNIO DA TERRA

O domínio do espaço terrestre implicava neutralizar o Exército, a Polícia, a Guarda Nacional e a Milícia Popular, distribuídos por vários quartéis. A Milícia Popular tinha sido criada pelo presidente Sékou Touré, com o objetivo de contrapor o poder do Exército e funcionar como força de sua defesa próxima. O presidente receava a realização de um golpe de Estado com origem no Exército. Por isso, tomou ações que provocaram uma diminuição significativa das suas capacidades combatentes, a diminuição das condições de vida dos militares e o acesso condicionado a armamento.

Diversas forças mistas nacionais, constituídas por militares da companhia de comandos africanos do Exército Português e da FLNG, foram desembarcadas e assaltaram o quartel-general da Polícia, *Gendarmerie Nationale*, o Quartel-General da Defesa Nacional de Samory e o Quartel da Guarda Nacional em Camayenne.

Um dos grupos de assalto, o GA2, do Destacamento de Fuzileiros Especiais nº 21 atacou o campo da Milícia Popular. O quartel de Alpha Yaya não seria diretamente atacado, por falta de efetivos da força nacional atacante. O controlo da eventual reação do Exército Guineense a partir de Alpha Yaya seria realizado pela equipa “S” responsável pelo assalto ao aeroporto, que te-

ria, igualmente, a responsabilidade de cortar a estrada principal que ligava este quartel ao da Guarda Nacional, e pela equipa “P” que seria responsável por cortar a circulação rodoviária no istmo que liga Conacri I a Conacri II, entre os quartéis de Samory e da Guarda Nacional. Estes dois cortes de circulação não chegaram a ser efetivados. Desfalcado dos 24 homens que desertaram, a equipa que assaltou o aeroporto não teve condições de fazer o corte da estrada junto ao campo Alpha YaYa. Durante a operação, face à percepção de que alguns objetivos não seriam possíveis de atingir, foi decidido não desembarcar a equipa “P” que seria responsável pelo corte da circulação no istmo. O facto de não terem sido realizados estes dois cortes de estradas levou a que os quartéis tomados pelas forças nacionais tivessem que ser defendidos durante várias horas, contra as unidades militares da Guiné que se iam aproximando, vindos do campo Alpha Yaya. Estes reforços do Exército Guineense surgiram sempre em posições muito desfavoráveis e anunciadas, pelo que sofreram um número de baixas muito elevado e destruição de muitas das viaturas em que se fizeram transportar.

Para além do fator surpresa, habilmente usado na operação, para tentar garantir o domínio rápido dos três espaços de ação, era necessário limitar qualquer capacidade de resposta ou organização defensiva dos oponentes. Desta forma, os objetivos táticos incluíram o corte da energia elétrica da cidade, para manter a dificuldade de deteção visual dos movimentos das forças atacantes e a confusão na organização da defesa. A figura 1 reconstitui espaço-temporalmente o início do ataque a Conacri. As marcas circulares verdes (dimensão mais reduzida) representam a posição das diversas equipas de assalto às 01:40 do dia 22 de novembro de 1970, hora em que o comandante da operação deu a ordem de ataque. As marcas circulares amarelas (de maior dimensão) representam a posição estimada das equipas de assalto às 02:15. A esta hora vários objetivos estavam a ser atacados e dois deles estavam já alcançados: o afundamento ou destruição dos meios navais e o corte de eletricidade na cidade.

O ataque aos objetivos estratégicos e operacionais no âmbito do PAIGC foi realizado pelo Destacamento de Fuzileiros Especiais nº 21, comandado pelo 1TEN FZE Cunha e Silva. Este Destacamento estava organizado taticamente em 4 grupos de assalto (GA). Estes 4 GA formaram três forças de ataque distintas. Duas destas forças eram constituídas por 1 GA (subequipas “Z1” e “Z2”) e a terceira por 2 GA (subequipa “Z3”). A equipa “Z3”, liderada por

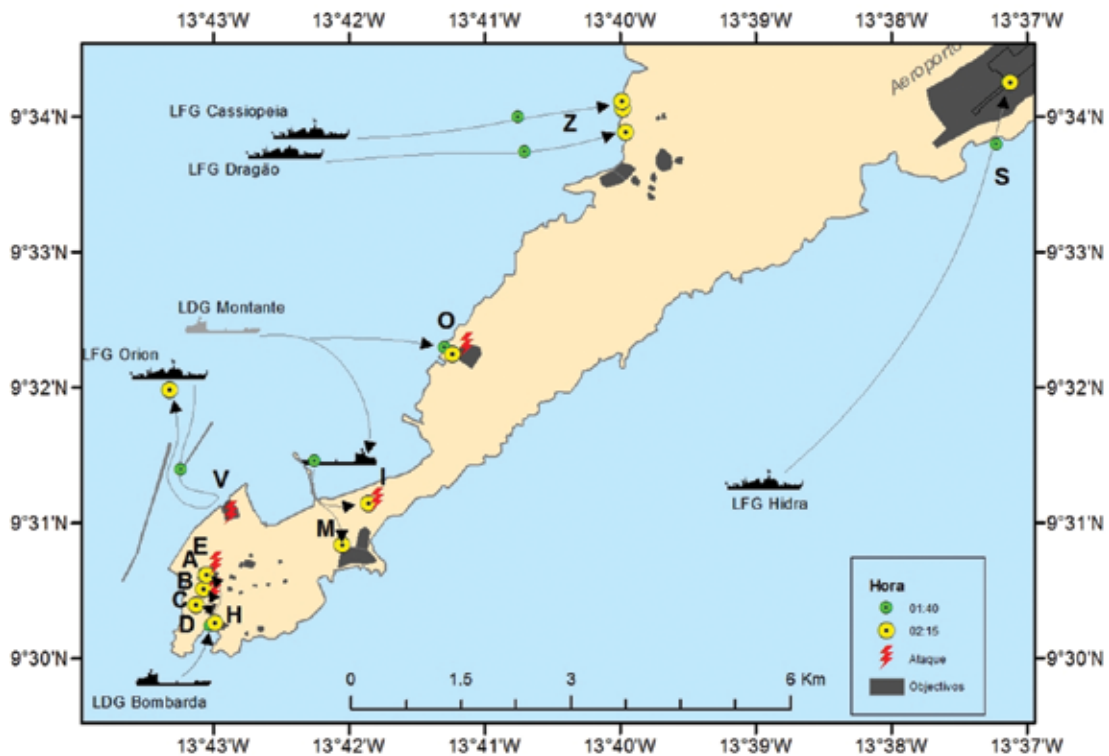


Figura 1 – Reconstituição espaço-temporal do início do ataque a Conacri pelas várias equipas

Cunha e Silva, desembarcou na praia do Clube Minière, à vista dos seus frequentadores que não tiveram qualquer reação estranha, e progrediu cerca de um quilómetro em direção à prisão “La Montaigne” onde estavam os militares portugueses capturados pelo PAIGC. Num descampado já próximo da prisão desencadeou-se um tiroteio entre os guardas da prisão e a equipa “Z3”. Depois de eliminada a resistência, com dois tiros de bazuca fizeram um buraco numa parede, por onde saíram os prisioneiros. A equipa ainda veria reforços do PAIGC chegarem próximo, mas o surgimento de baixas levou à fuga dos sobreviventes. O regresso à costa fez-se pelo caminho inverso ao do ataque e o embarque dos libertados decorreu como planeado. Um sucesso monumental.

Para além da libertação dos 26 prisioneiros portugueses, as subequipas “Z” destruíram diversas infraestruturas do PAIGC em Conacri, que incluíam os paióis de material, as casas dos líderes Amílcar Cabral e Aristides Pereira, e a prisão. Foram ainda ata-

cados objetivos da República da Guiné, que incluíram a Villa Syli, residência secundária do seu Presidente, e o campo das Milícias Populares. Diversas referências designam a residência secundária de Sékou Touré como “Villa Silly”. Na verdade a designação local era “Villa Syli”, que significa residência “elefante”. O “syli” ou “elefante” era a moeda da República da Guiné, um símbolo nacional, e em frente a esta villa foi construída uma rotunda com uma estátua de um elefante.

Tanto o Presidente da República da Guiné como o líder do PAIGC não foram encontrados nos locais atacados. Amílcar Cabral encontrava-se em viagem na Europa e Sekou Touré resguardou-se em casa de terceiros, não tendo sido localizado. Não foram encontrados os locais que tinham os arquivos do PAIGC, a estação emissora (era móvel) nem as infraestruturas de alojamento e messe dos responsáveis do PAIGC, que se estimava albergarem 30 a 40 indivíduos. Aquando da libertação dos prisioneiros, estes

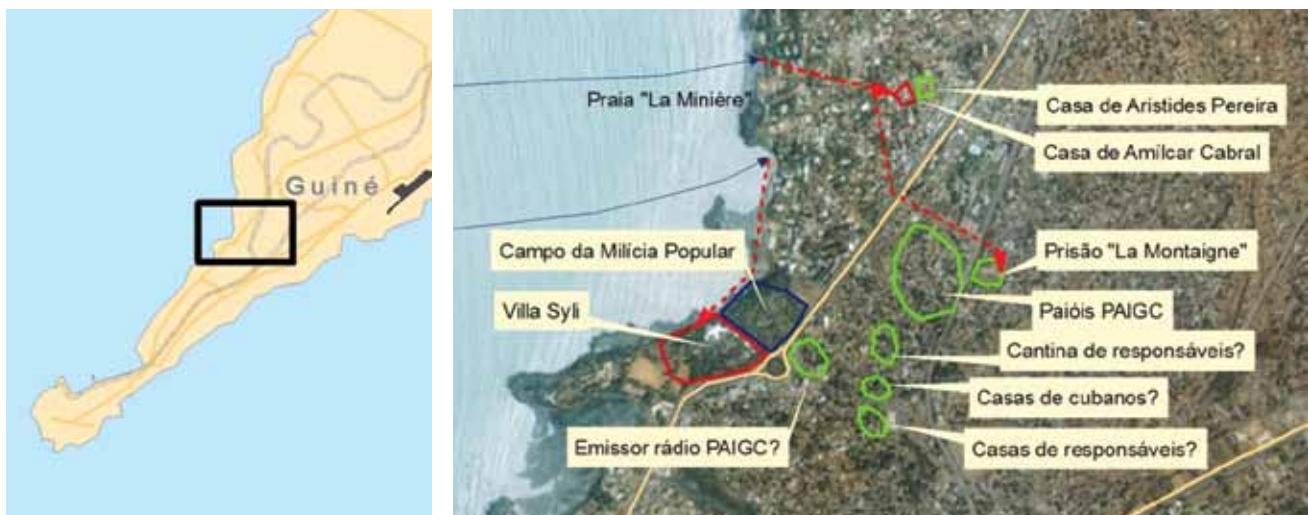


Figura 2 – Diagrama e imagem satélite com plano de objetivos para o DFE 21

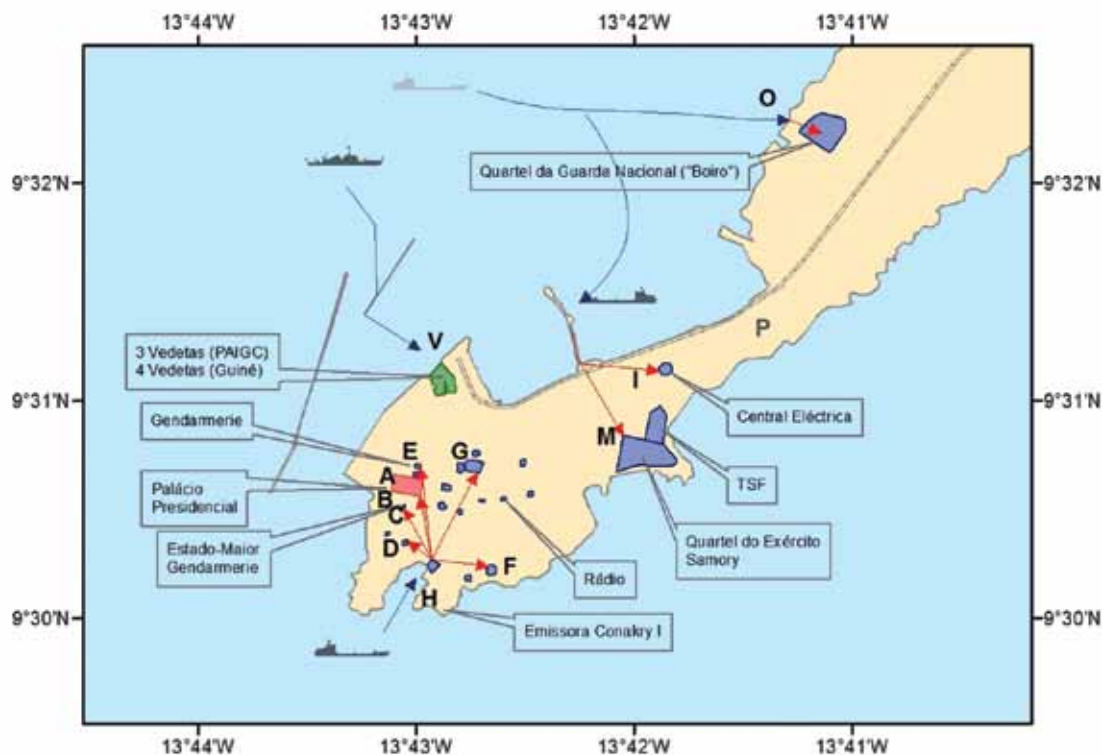


Figura 3 – Objetivos atacados em Conacri I e o quartel da Guarda Nacional em Conacri II

informaram que os locais destes objetivos, referenciados pela força assaltante, estavam desatualizados.

O ataque aos objetivos governamentais da Guiné foi realizado por forças mistas da Companhia de Comandos Africanos do Exército e elementos da FNLG. Estas forças deveriam atacar diversos edifícios estatais e militares, incluindo o palácio presidencial, e destruir as estações transmissoras de emissões de rádio. Grande parte destes objetivos foi atingido, mas não se conseguiu controlar ou destruir o edifício da rádio.

Não tendo conseguido localizar, capturar ou aniquilar a cúpula do poder do PAIGC nem da Guiné-Conacri, o comandante da operação mandou retirar as forças nacionais para bordo dos navios e iniciar o regresso à Guiné portuguesa. Ao amanhecer, as forças guineenses fizeram fogo contra uma das lanchas de desembarque. A resposta foi pronta, e em jeito de ameaça foram feitos, a partir de bordo, tiros de aviso sobre os depósitos de combustível próximo do porto que, caso atingidos, provocariam danos significativos. A ameaça foi prontamente percebida, tendo as forças locais interrompido o ataque. Todos os grandes objetivos operacionais tinham sido atingidos, mas os estratégicos tinham ficado comprometidos.

O saldo da operação foi estruturalmente bastante penoso para o PAIGC e para a Guiné-Conacri. Para além dos inúmeros estragos de infraestruturas na cidade e nas instalações militares, foram abatidas várias centenas de elementos inimigos e libertados cerca de 400 presos políticos. Do lado das forças nacionais, registou-se a morte de um oficial europeu do Exército e dois soldados comandos africanos, um fuzileiro com um ferimento grave, e a deserção de um pelotão da companhia de comandos africanos, num total de 24 homens. Destaca-se o facto de se terem destruído as vedetas torpedeiras do PAIGC e da Guiné-Conacri, o que permitiu manter a liberdade de ação marítima de Portugal, que era uma linha de ação estratégica naval fundamental nesta guerra, e a libertação dos 26 prisioneiros portugueses.

Logo que o Presidente Sékou Touré voltou a ter o controlo dos acontecimentos, tomou uma série de medidas com vista a evitar qualquer nova tentativa interna de golpe de Estado. Os elementos da FNLG desembarcados e que tomaram conta dos quartéis militares, foram todos eliminados nos dias seguintes. Os 24 desertores foram enforcados na República da Guiné um mês depois da operação. Durante mais de um ano foi realizada uma perseguição política por todo o país, que levou à morte de alguns milhares de guineenses. O próprio líder do PAIGC, Amílcar Cabral, viria a ser assassinado por um seu compatriota, junto à sua residência em Conacri, num local muito próximo da Villa Syli, tendo surgido especulações sobre a eventual autorização de Sékou Touré na sua eliminação.

## O DESFECHO

No final da operação os portugueses libertados foram transferidos para Portugal. Por razões de discrição internacional, inicialmente foram condicionados no contacto com os familiares. Portugal nunca reconheceu a realização desta operação, embora já tenham sido publicados livros e entrevistas, e realizados programas de televisão sobre o assunto. O General Spínola, desiludido com o facto de não se ter conseguido realizar o golpe de Estado, não deu seguimento às condecorações propostas para reconhecimento do desempenho, do mérito e da coragem de qualquer militar que participou na operação “Mar Verde”. A Guiné Conacri erigiu um monumento dedicado às vítimas da operação que congratula a “derrota” do imperialismo (Portugal) sobre a Guiné-Conacri. A Guiné-Bissau tornou-se independente em 1974. A operação “Mar Verde” ainda hoje é referida e analisada nos programas de estudos avançados de diversas escolas militares internacionais.